

# **A educação e a formação profissional: o futuro de uma insustentável dicotomia**

**Joaquim Azevedo**

Este texto descreve um conjunto de pontos que o autor entendeu desenvolver sobre o tema em epígrafe (embora não os tenha podido apresentar no momento da realização do Congresso). São, por isso, pontos breves, já comentados e interligados em devido tempo, em outros textos (ex. O Ensino Secundário na Europa. Porto, Edições Asa, 2000).

1. Persiste na actualidade uma velha dicotomia entre educação / ensino e formação profissional. À medida que os sistemas nacionais de educação se constituíram, ao longo da modernidade, poucos países conseguiram desenvolver escolas onde a aprendizagem escolar e a aprendizagem em contexto laboral se mantivessem interligadas. A escola ficou para o saber e o local de trabalho para o saber-fazer. E quando o saber-fazer foi migrando para o contexto escolar, foi tratado como educação de segunda categoria e de segunda oportunidade. Apenas em países como a Alemanha, Áustria, Suíça e Luxemburgo se manteve um segmento dos sistemas educativos – a formação em alternância – onde o saber e o saber-fazer permaneceram interligados no mesmo modelo formativo.
2. Esta é uma dicotomia que esbarra com a perspectiva multidimensional do desenvolvimento humano. Vejamos um modo de fundamentar esta afirmação.

Devem o ensino e a formação privilegiar a formação geral ou a formação profissional? O que deve ser a formação geral e a formação profissional de jovens de 16 – 19 anos, nos dias de hoje? Qual a “dose” de formação geral e a “dose” de formação profissional mais adequadas?

Não perfilhamos uma visão dicotómica da educação. A alternativa geral-profissional é uma construção social enunciada e relevada

principalmente no âmbito de funções reprodutoras e selectivas e derivada de visões tecnico-funcionalistas do sistema educativo.

As escolas e os centros de formação de nível secundário têm diante de si o desafio de se reconstituírem identitariamente como oportunidades privilegiadas para os jovens acederem a uma sólida base cultural comum, que seja capaz de combinar eficientemente as dimensões cognitivas, operativas, expressivas e valorativas do desenvolvimento humano e, desde logo, da educação. Cada um e todos os cidadãos carecem desta formação cultural para se revelarem tal qual são, para compreenderem o mundo em que se situam, para receberem adequadamente o thesaurus cultural que herdamos, para saberem viver juntos com os demais humanos e em equilíbrio com a natureza, para exercerem uma cidadania responsável e para poderem tomar decisões (são elas, pequenas ou grandes, que forjam os trajectos da vida) e projectarem o seu futuro.

Esta formação cultural comum nada tem que ver com o reforço de uma formação geral académica, que corre simultaneamente os riscos quer de provocar uma maior pressão selectiva quer de ser educacionalmente irrelevante, porque meramente dependente do ordenamento do ensino superior universitário mais elitista, ou seja, uma formação ditada por imperativos técnico-burocráticos.

O desenvolvimento de cada jovem tem sido muitas vezes prejudicado, em nome de um suposto reforço das "humanidades", sempre que as políticas educativas alargam o fosso entre as várias dimensões das aprendizagens, separando as oportunidades de desenvolver dimensões científicas, técnicas, artísticas, físicas e éticas das possibilidades de aquisição de referentes lógicos, da apropriação de conhecimentos teóricos e abstractos.



De nada adiantará, a não ser persistir na dependência dos mandatos técnico-económicos e na selectividade social, separar tanto as aprendizagens profissionais como as ditas "humanidades" da capacidade de criar sentido e de construir pessoalmente um lugar nesta "sociedade da informação e do conhecimento".

O mapa cultural comum de que falamos não incide apenas sobre dimensões/conteúdos, mas explode para os ambientes de aprendizagem, as metodologias, as condições de participação activa dos jovens, a sua autonomia e a sua capacidade de cooperação, o fomento da sua capacidade de análise e de síntese, extravasando o mero espartilho disciplinar e combinando disciplina/projecto, trabalho individual / trabalho em equipa, dentro da escola/dentro da comunidade envolvente. O desenvolvimento de um leque alargado de competências comuns pode e deve alcançar-se pelo acesso a conteúdos, metodologias e até modelos institucionais diferentes.

A própria necessidade de proceder a escolhas escolares e profissionais é quantas vezes dramática, num contexto de tanta incerteza. As escolas e os centros de formação deveriam, por isso, reunir as condições necessárias para proporcionar a cada jovem o lastro cultural geral e o necessário contacto com vários domínios e tipos de actividade humana, tendo em vista sustentar escolhas e especializações inteligentemente arquitectadas. Afastar os jovens do chamado "ensino geral" destas oportunidades de orientação e de escolha será humanamente tão redutor como querer especializar profissionalmente os jovens para ocuparem um posto de trabalho específico.

A dicotomia que historicamente se cristalizou, com variações explícitas de país para país, entre formação "geral" e formação "profissional", não resulta da subordinação escolar a um qualquer princípio

pedagógico ou relacionado com as finalidades promocionais do despertar humano, antes se prende com o cumprimento de funcionalidades socioeconómicas e com a própria matriz de crescimento dos sistemas de ensino e de formação, na modernidade, em geral muito desfasados dos ambientes do trabalho e da generalidade das actividades humanas, exteriores à “produção fabril escolar”.

O desafio consiste também em construir socialmente respostas escolares credíveis e eficazes para a heterogeneidade social que habita as nossas escolas, suficientemente consistentes e dúcteis, sem cair na tentação de “reforçar a formação geral” tradicional ou de especializar profissionalmente os jovens, ou seja, evitando as várias formas de uniformização, ainda que embuçadas. A formação geral, de teor académico e abstracto, tem servido uma tradição elitista e selectiva e deve ser vista como mais um modo de *especialização* do ensino e da formação. Uma especialização profissional precoce que abandona as dimensões culturais, científicas e morais da formação pode condenar os jovens a prosseguir becos sem saída no mercado de trabalho e que frequentemente serve estratégias de reprodução das desigualdades sociais.

Pais, professores, empresários e sobretudo os próprios jovens reclamam uma escola mais *orientadora*. Diz o sociólogo A. Teixeira Fernandes que “há uma mudança profunda da individualidade que obriga a substituir as regras fixas de conduta do passado por uma constante chamada à responsabilidade de si mesmo. (...) os indivíduos são chamados a encontrar sentido num mundo de indeterminação e de incerteza” (1998:35). E esta é uma tarefa imensa e pesada para as escolas e para os centros de formação, a solicitar um investimento educativo mais forte e contínuo de vários actores e de múltiplas instituições sociais e locais.

Esta reorientação parece conduzir, pois, à necessidade de pôr fim às dicotomias instituídas e à urgência dos diferentes percursos de ensino e de formação valorizarem, *em simultâneo*, qual Janus bifronte, tanto numa base cultural comum, suficientemente sólida e larga, aberta do desenvolvimento de várias facetas da personalidade humana de cada jovem, como uma outra base mais especializada, *também acessível a todos*, construída em torno de um amplo leque de orientações, de opções, de metodologias e de modos de organização.

Para manter a qualidade do ensino e das aprendizagens e, ao mesmo tempo, prosseguir os esforços de satisfação de uma procura social quase universal, impõe-se a valorização de uma pluralidade de formas de realização humana e de alcance da excelência e o acesso, em equidade, a um tronco comum e a uma série de opções, de modo a facultar, a cada um, um percurso o mais possível personalizado, motivador, exigente e estimulador da autonomia e da cidadania.

O princípio de um "corpus" educativo coeso e comum deve prevalecer sobre a fragmentação e a não-hierarquização, desenvolvendo-se segundo "tratamentos pedagógicos e cronológicos diferenciados" (J.M. Domenach, 1989), facultando, assim, a cada aluna e cada aluno a preparação para itinerários de vida e de inserção socioprofissional largamente imprevisíveis.

Não adoptamos nem um referencial neo-profissional nem um referencial pós-profissional, mas procuramos esboçar uma visão do ensino e da formação que escape à lógica instituinte desta filiação e que propõe um paradigma meta-profissional, o do desenvolvimento cultural, em geral, e o do desenvolvimento humano, em particular. Cada aluno é uma pessoa, um cidadão de um dado local, simultaneamente herdeiro de uma cultura e cidadão do planeta, permanentemente desafiado para a construção da sua identidade no



seio de um mundo solidário. Este é o ponto de partida e este é o ponto de chegada.

Uma orientação alternativa deste tipo implica necessariamente a construção de estruturas pedagógicas adequadas e uma instituição educativa humanamente mais rica e pedagogicamente renovada. A diversidade que importa fomentar não obriga necessariamente a desenvolver vias paralelas e estanques de ensino e de formação, nem deve estar ao serviço da cristalização, por via escolar, das desigualdades sociais que existem dentro da população escolar de referência. A diversidade deverá ser considerada uma linha estratégica das instituições educativas para responder à necessidade de acolher e desenvolver cada uma e cada um dos educandos, sem excepção de género, origem social, de religião, de etnia, de itinerário escolar.

Refazer o modelo institucional escolar constitui, assim, uma prioridade. Estrebuchar dentro de um colete de forças não é modo de vida para cidadãos livres. Os alunos vão ter, creio eu, um papel muito importante nesta re-construção institucional, se é que deles não irão mesmo partir os principais movimentos de renovação, ainda que, muitas vezes, assentes em mera negação ou insatisfação com a situação e o quadro institucional actual.